





Em caso afirmativo, especifique qual a sua situação:

3.2.1 - Nomeação	Definitiva	
	Transitória por tempo determinado	
	Transitória por tempo determinável	
3.2.2 - Contrato	Tempo indeterminado	
	Termo Resolutivo Certo	
	Termo Resolutivo Incerto	

3.2.3 - Situação atual	Em exercício de funções	
	Em licença	
	Requalificação	
	Outra	

3.2.4 Órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções:

---

3.2.5 Carreira e categoria detidas:

---

3.2.6 Atividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço:

---

3.2.7 Avaliação de desempenho (últimos três anos):

Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>

#### 4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FUNÇÕES EXERCIDAS

4.1 Funções exercidas, diretamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:

Funções	Data	
	Início	Fim

#### 4.2 Outras funções e atividades exercidas:

---

---

---

---

---

---

---

---

### 5. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

5.1 No caso de a publicitação permitir a candidatura sem o grau académico exigido, indique a formação ou experiência profissional substitutiva.

---

---

---

---

---

---

---

---

### 6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELEÇÃO

Se é titular da categoria e se encontra a exercer funções idênticas às do(s) posto(s) de trabalho publicitado(s) ou, encontrando-se em requalificação, as exerceu por último e pretende usar da prerrogativa de afastamento dos métodos de seleção obrigatórios, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da LTFP, na sua redação atual, assinale a seguinte declaração:

*"Declaro que afasto os métodos de seleção obrigatórios, **Avaliação curricular** e **Entrevista de avaliação de competências**, e opto pelos métodos **Prova de conhecimentos** e **Avaliação psicológica**".*

## 7. REQUISITOS DE ADMISSÃO

**"Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, e, se for o caso, os requisitos exigidos na subalínea v) da alínea d) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual.**

Sim

Não

## 8. NECESSIDADES ESPECIAIS

**8.1 Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, deve ser apresentada declaração do respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, bem como dos elementos necessários a garantir que o processo de seleção do candidato com deficiência se adequa, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão, em conformidade com o previsto no artigo 19.º n.º 1 da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual.**

**9. DECLARAÇÃO (alínea g) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual**

**"Declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas".**

## 10. INFORMAÇÃO AO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

**"Declaro que tomei conhecimento da informação constante no verso do documento relativa à Política de Proteção e Tratamento de Dados Pessoais, recolhida pelo presente formulário e no âmbito da aqui identificada candidatura".**

Localidade: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Documentos que anexa à candidatura:

Currículo

Certificado de habilitações

Comprovativos de formação  
(Quantidade \_\_\_\_\_)

Declaração a que se refere a alínea  
d), ii), n.º 1 Artigo 19.º da Portaria  
n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na  
sua redação atual (\*)


Outros:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

(\*) **Identificação do vínculo de emprego público detido**, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da posição remuneratória que detém nessa data, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções.

## **INFORMAÇÃO AOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS**

**Nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD), informa-se o seguinte:**

**Os dados pessoais recolhidos no âmbito do presente formulário serão tratados pelo Município de Oeiras no âmbito das suas atribuições e competências em matéria de Recursos Humanos, designadamente em Recrutamento e Seleção.**

**O fundamento jurídico para o tratamento dos dados ora recolhidos assenta no cumprimento de uma obrigação jurídica (legislação específica aplicável ao pedido formulado), resultante da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, as quais decorrem do interesse público refletido no n.º 2 do artigo 47.º da Constituição da República Portuguesa, na sua redação atual, ao determinar o concurso público como forma de ingresso na Administração Pública, e fundamenta-se, também assim, nas diligências pré-contratuais para estabelecimento do vínculo de emprego público – n.º 1, alíneas c), e) e b), do artigo 6.º do RGPD, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados, e legislação nacional aplicável.**

**O Município de Oeiras é a entidade responsável pelo tratamento dos dados, não os utilizando para qualquer outra finalidade que extravase o pedido formulado e os atos inerentes ao procedimento concursal respetivo, procedendo ao seu tratamento anonimizado para fins meramente estatísticos.**

**Todos os colaboradores do Município de Oeiras estão abrangidos por uma obrigação de confidencialidade.**

**Os dados recolhidos são conservados de acordo com os prazos legalmente previstos.**

**Os direitos de acesso, retificação, oposição, limitação, apagamento e portabilidade dos dados pessoais podem ser exercidos através do endereço de email: [epd@oeiras.pt](mailto:epd@oeiras.pt), sem prejuízo do direito do titular apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.**

**Para informações adicionais, consulte a política de privacidade do Município de Oeiras, disponível em <https://www.oeiras.pt/politica-privacidade> .**